

Sumário

A Reunião Plenária foi declarada aberta, após a verificação do quórum, às 09 horas e 06 minutos, com 38 Deputados presentes, sendo 22 no Hemiciclo e 16 através de videoconferência.

***Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.)** – Iniciou-se com a intervenção da Sra. Deputada Ana Paula Santos (PAICV) sobre a problemática de terrenos na localidade de Pedra de Lume, na ilha do Sal, apelando ao Governo para a resolução definitiva desta situação.*

De seguida, o Sr. Deputado Francisco Correia (MPD) fez uma intervenção sobre o mesmo assunto.

Os Srs. Deputados Américo Nascimento (PAICV), Georgina Gemiê (MPD) e o próprio Deputado Francisco Correia (MPD) prestaram esclarecimentos.

O Sr. Deputado Odailson Bandeira (PAICV) interveio quanto aos impactos das medidas de confinamento e distanciamento social na ilha de Santo Antão, particularmente na vida das famílias rurais; às vulnerabilidades sociais que vieram à tona com o Estado de Emergência, com impactos em vários sectores, nomeadamente na agricultura, no turismo, na actividade informal e no ensino superior.

O Sr. Deputado Armindo da Luz (MPD) prestou esclarecimentos.

O Sr. Deputado Damião Medina (MPD) fez uma intervenção relativamente às dificuldades da produção agropecuária em Porto Novo, na ilha de Santo Antão, causadas por anos sucessivos de seca e agravados com a pandemia do Covid-19, além de enfatizar as medidas do Governo para fazer face aos desafios existentes.

O Sr. Deputado Adilson Fernandes (MPD) prestou esclarecimentos.

O Sr. Deputado Clóvis Silva (PAICV) interveio sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas residentes na ilha Brava que ficaram retidas na cidade da Praia, com a declaração do Estado de Emergência, apelando ao Governo no sentido prestá-las assistência e fazê-las regressar àquela ilha.

Na sequência desta intervenção, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados David Lima (MPD), Nuías Silva (PAICV), Orlando Dias (MPD) e Clóvis Silva (PAICV).

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Alberto Montrond (MPD) abordou o repatriamento dos cabo-verdianos que estão na diáspora.

Prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD) e Nuías Silva (PAICV).

Sentindo-se ofendido com o esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado Emanuel Barbosa, Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) reagiu ao abrigo n.º 1 do artigo 123º, tendo o primeiro prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

De seguida, interpelaram a Mesa os Srs. Deputados José Maria Gomes da Veiga (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD).

Dando continuidade ao P. Q. G. D. P., o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) interveio solicitando uma pensão aos filhos menores do falecido agente da Polícia Nacional, Hamiltom Morais. Também abordou o preço das máscaras faciais de protecção, que têm um valor elevado e muitas famílias não têm poder de compra para aceder às mesmas. Ainda, salientou o fim do ano lectivo para os alunos do ensino pré-escolar e do ensino primário, questionando ao Governo onde as crianças das famílias monoparentais irão ficar nesse período quando as mães saírem para trabalhar. Por fim, abordou a questão do atraso do pagamento pelo Instituto Nacional de Previdência Social dos funcionários que estão em lay off.

Para responder às questões suscitadas durante esse período, usou da palavra o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire), ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento.

Na sequência desta intervenção, o Sr. Deputado Américo Nascimento (PAICV) prestou esclarecimentos.

Novamente, ao intervir, o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto versou sobre a situação de Pedra de Lume, tendo o Sr. Deputado Américo Nascimento (PAICV) prestado esclarecimentos.

Na sua intervenção, a Deputada Georgina Gemiê (MPD) falou sobre a situação de Pedra de Lume, acusando o PAICV de nada ter feito para resolver a situação.

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – Iniciou-se com a continuação da discussão, na especialidade, da Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 83/IX/2020, de 4 de Abril, que estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 e da doença COVID-19.

A Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho (Janine Lélis) apresentou o artigo 1º, que foi aprovado.

Na sequência, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) apresentou a proposta de se discutir posteriormente os artigos 1º e 2º desta proposta de lei, uma vez que o PAICV tinha várias propostas a submeter e, caso fossem aceites, teriam de ser incluídas nesses dois artigos.

A referida proposta foi aceite pela Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, que leu o artigo 2º.

Aquando da discussão deste artigo, intervieram, a título diverso, além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, os Srs. Deputados Janira Hopffer Almada (PAICV), Luís Alves (MPD), Filomena Gonçalves (MPD), Joana Rosa (MPD), Orlando Dias (MPD), Luís Alves (MPD) e Rui Semedo (PAICV).

Entretanto, a Reunião Plenária foi suspensa às 11 horas e 19 minutos, tendo sido retomada às 11 horas e 30 minutos, com a intervenção da Sra. Deputada Joana Rosa (MPD) a informar a constituição de um grupo de trabalho para consensualizar propostas de melhorias a serem introduzidas ao Diploma, designadamente ao artigo 3º.

Em seguida, a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho interpelou a Mesa.

Entretanto, a discussão desta proposta de lei foi suspensa para ser retomada quando o grupo de trabalho estivesse em condições de apresentar ao Plenário as propostas consensualizadas.

Assim, deu-se seguimento com a apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece as normas e os princípios pelos quais se rege a Central de Registo de Crédito, assegurada pelo Banco de Cabo Verde, feita pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia). Depois, os Srs. Deputados Luís Alves (MPD) e José Jorge Silva (PAICV), na qualidade de relatores, procederam, respetivamente, à leitura dos relatórios-pareceres da Primeira e Segunda Comissões Parlamentares, quanto às apreciações feitas sobre o Diploma apresentado.

Assim, abriu-se um período de esclarecimentos durante o qual usaram da palavra os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV) e Milton Paiva (MPD), além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Passou-se, em seguida, ao período do debate, no qual participaram, a título diverso, os Srs. Deputados Georgina Gemiê (MPD), Julião Varela (PAICV), Lúcia dos Passos (MPD), Nuías Silva (PAICV), Armindo da Luz (MPD), Julião Varela (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 43 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 37 minutos, com a continuação da apresentação e discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece as normas e os princípios pelos quais se rege a Central de Registo de Crédito, assegurada pelo Banco de Cabo Verde.

Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Clóvis Silva (PAICV), Julião Varela (PAICV), Joana Rosa (MPD), Rui Semedo (PAICV), João Gomes (MPD), Luís Carlos Silva (MPD), Filomena Gonçalves (MPD), Hélio Sanches (MPD), para além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Seguidamente, foi retomada a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 83/IX/2020, de 4 de Abril, que estabelece medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 e da doença COVID-19.

O Sr. Presidente informou que existe uma proposta de alteração do artigo 3.º, consensualizada e também distribuída aos Srs. Deputados, tendo passado a palavra a Sr. Ministra da Justiça e do Trabalho para fazer a apresentação da mesma.

Ao intervir, a referida governante informou que não houve consenso relativamente ao artigo 3.º, tendo o Sr. Presidente comunicado que, na altura da suspensão da discussão deste diploma, foi constituído um grupo de trabalho para consensualizar as propostas a serem apresentadas ao Plenário.

A Sr. Ministra da Justiça e do Trabalho, na sua intervenção, esclareceu novamente que não houve consenso quanto à proposta de alteração do artigo 3.º, mas, sim, em relação à redacção do artigo 5.º, do n.º 3 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 8.º.

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV), ao intervir, esclareceu que o que se aceitou são as propostas feitas pela Ordem dos Advogados e não a proposta do PAICV, de alteração do artigo 3.º, tendo feito a apresentação da mesma. Durante a discussão desta proposta de alteração, intervieram, para além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho, os Srs. Deputados Filomena Gonçalves (MPD), Julião Varela (PAICV), Luís Alves (MPD), Walter Évora (PAICV), Janira Hopffer Almada (PAICV), Joana Rosa (MPD), Rui Semedo (PAICV) e João dos Santos Luís (UCID).

Interpelaram a Mesa, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e Janira Hopffer Almada (PAICV).

De seguida, passou-se à votação da proposta de alteração ao artigo 3º, apresentado pelo PAICV, tendo sido rejeitada com 37 votos abstenção do MPD, 27 votos a favor (24 do PAICV e 3 da UCID) e nenhum voto contra.

Proferiram declarações de voto, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), João dos Santos Luís (UCID) e Luís Alves (MPD).

A seguir, passou-se à votação do artigo 2º (nova redacção proposta pelo Governo), tendo sido rejeitado com 38 votos a favor do MPD, 27 abstenções (24 do PAICV e 3 da UCID) e nenhum voto contra.

Na sequência, proferiram declarações de voto, os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD), Rui Semedo (PAICV) e António Monteiro (UCID).

A Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho retirou a proposta lei em discussão, fundamentando as razões.

Interpelaram a Mesa, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e a Sra. Ministra da Justiça e Trabalho.

De seguida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º (votação à hora marcada) do Regimento da Assembleia Nacional, foram submetidos à votação os seguintes diplomas:

– Proposta de Lei que estabelece as bases do regime jurídico da criação, organização, desenvolvimento e funcionamento das Zonas Económicas Especiais (Votação Final Global);

– Proposta de Lei que institui a Zona Económica Especial Marítima em São Vicente e estabelece o regime especial da sua organização, desenvolvimento e funcionamento (Votação Final Global);

– Proposta de Lei que estabelece as normas e os princípios pelos quais se rege a Central de Registo de Crédito, assegurada pelo Banco de Cabo Verde (Votação na Generalidade).

A Proposta de Lei que estabelece as bases do regime jurídico da criação, organização, desenvolvimento e funcionamento das Zonas Económicas Especiais foi aprovada com 65 votos a favor (38 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Vera Almeida (PAICV), António Monteiro (UCID) e Luís Alves (MPD).

A Proposta de Lei que institui a Zona Económica Especial Marítima em São Vicente e estabelece o regime especial da sua organização, desenvolvimento e funcionamento foi aprovada pela unanimidade dos 65 Deputados presentes (38 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID).

Proferiram declarações de votos os Srs. Deputados Filomena Martins (PAICV) e Mircéa Delgado (MPD).

Interpelaram a Mesa os Srs. Deputados Júlio Correia (PAICV) e Joana Rosa (MPD), tendo o Sr. Presidente prestado informações.

A Proposta de Lei que estabelece as normas e os princípios pelos quais se rege a Central de Registo de Crédito, assegurada pelo Banco de Cabo Verde, foi aprovada com 41 votos a favor (38 do MPD e 3 da UCID), 24 abstenções do PAICV e nenhum voto contra.

Por fim, o Voto de Pesar pelo falecimento do Ex-Combatente da Liberdade da Pátria, Sr. Manuel Pedro dos Santos, foi aprovado pela unanimidade dos Deputados presentes (58 votos a favor, sendo 31 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID).

A seguir, a pedido da Mesa, o Plenário pôs-se de pé e guardou um minuto de silêncio.

O Voto de Pesar pelo falecimento do Ex-Combatente da Liberdade da Pátria, Sr. José Anselmo Corsino, foi aprovado pela unanimidade dos Deputados presentes (58 votos a favor, sendo 31 do MPD, 24 do PAICV e 3 da UCID).

A seguir, a pedido da Mesa, o Plenário pôs-se de pé e guardou um minuto de silêncio.

A Reunião Plenária foi encerrada às 18 horas e 10 minutos, ficando concluída a 2ª Sessão Plenária de Maio de 2020.